

UNIÃO NACIONAL DEMOCRÁTICA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 01.07.1984

Dois fenômenos contraditórios caracterizam o atual momento político brasileiro. De um lado, temos uma grande confusão e um impasse político, na medida em que o sistema de eleição do novo presidente da república está ainda em aberto. De outro lado, assistimos a um grande processo de união nacional visando terminar de vez com o regime autoritário estabelecido em 1964.

A confusão e o impasse político derivam diretamente da ilegitimidade do colégio eleitoral constituído pelas eleições de 1982, em que as oposições alcançaram quase 60% dos votos populares, mas não lograram o direito de eleger o presidente da república.

O fato político novo do último mês, entretanto, é o da união nacional, sob a hegemonia dos setores democráticos da burguesia hoje amplamente majoritários no seio da própria burguesia contra essa resistência do regime autoritário. O impasse existia desde novembro de 1982; a união nacional, entretanto, constituiu-se ou consolidou-se nos últimos meses e só se tornou clara recentemente.

A causa mais óbvia e mais direta desta união nacional democrática foi extraordinária intensidade da campanha popular pelas eleições diretas. Sua base está no pacto social democrática, que se formando desde meados dos anos setenta, quando começou a ruptura da aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal autoritária. A partir desse momento, particularmente do “pacote de abril” de 1977, a sociedade civil passou a exigir a redemocratização e o governo a procurar postergar a volta à democracia com a estratégia da “abertura”.

Com a eleição do general João Figueiredo em 1978 o sistema autoritário logrou êxito em sua estratégia protelatória, garantindo para si mesmo uma sobrevivência de seis anos.

Entretanto, depois (1) da profunda crise econômica a que o país foi levado, (2) da derrota nas eleições de 1982, e, finalmente, (3) da campanha popular pelas diretas, a estratégia do regime autoritário de protelar sua existência por ainda mais seis ou quatro anos tornou-se invisível ou então irresponsável.

Essa tentativa está consubstanciada nas candidaturas indiretas de Maluf e Andreazza à presidência. Ao insistirem em se candidatar contra a vontade do povo e da sociedade civil, estes senhores tornaram-se alvo da execração geral. E o Sr. Maluf transformou-se em uma espécie de inimigo público número um.

A união nacional democrática a que estou me referindo ocorre em dois planos. Ocorre no plano das classes, na medida em que povo e sociedade civil, trabalhadores, classes médias tecnoburocráticas e burguesia se unem para restabelecer imediatamente a democracia no Brasil via eleições diretas. A campanha pelas diretas foi uma campanha rigorosamente inter-classista. Nesse plano, a união nacional significa, portanto a unidade da Nação, ou seja, de todas as classes contra um inimigo interno: o regime autoritário.

Mas a união nacional democrática ocorre também ao nível dos partidos. A fusão do PP ao PMDB, a ampla vitória em termos de voto popular deste partido e das oposições em geral nas eleições de 1982, ao mesmo tempo em que criava um impasse político (dada a maioria casuística do PDS no colégio eleitoral), constituiu-se em mais um passo na formação da frente nacional democrática. A eleição de governadores oposicionistas socialmente consolidou o PMDB como alternativa óbvia de poder para a própria burguesia.

O PMDB, que já contava com amplo apoio entre os trabalhadores e as classes médias assalariadas, passou assim a ter também amplo apoio da burguesia. Dada da hegemonia ideológica da burguesia, ou seja, a ampla capacidade desta classe de transmitir para as demais classes seus próprios valores e crenças, a opção democrática da burguesia levou-a a um rompimento (relativo) com a tecnoburocracia estatal e estabeleceu as bases políticas sólidas para a união nacional democrática de hoje.

Esta união nacional democrática tem como eixo político o PMDB e tem apoio no PT e no PDT. A proposta do governador Montoro de lançar um candidato único das oposições

especificamente o governador Tancredo Neves teve um papel decisivo em operacionalizar essa união. O apoio do governador Brizola, por outro lado, foi fundamental para que a idéia ganhasse impulso.

Setores significativos ainda que minoritários do PDS não ficaram, entretanto, insensíveis em relação a esse movimento da burguesia em direção da democracia. Enquanto o núcleo autoritário do PDS, situado no Planalto, postergava a redemocratização através da criação sistemática do “impasse”, um outro grupo que encontrou seu líder no vice-presidente Aureliano Chaves e apoio em alguns governadores ou ex-governadores, caminhou também em direção à democracia e à tese do restabelecimento das eleições diretas.

O país ficou assim dividido em pelo menos quatro grandes grupos: de um lado, dois grupos democráticos, amplamente majoritários, as oposições baseadas no PMDB e o grupo democrático do PDS liderado pelo vice-presidente; de outro lado, dois grupos autoritários, estritamente minoritários, o grupo do Planalto e o malufismo, o primeiro baseado na força política da máquina do estado e no prestígio institucional da presidência, o segundo no oportunismo e na falta de princípios éticos que assolam uma parte da sociedade brasileira.

Diante dessa perspectiva, a solução óbvia é uma transitória aliança dos dois grupos democráticos: esta união ocorreu na votação da emenda das diretas, no último dia 25 de abril, com o apoio do grupo pró-diretas do PDS de base aurelianista, e tende a traduzir-se no apoio das oposições unidas e dos aurelianistas ao governador Tancredo Neves.

Com recuo do presidente em relação à prévia, e, em seguida, com a retirada da emenda constitucional restabelecendo as diretas em 1988, o grupo democrático do PDS foi lançado na direção do candidato único das oposições. Estas, entretanto, divididas internamente, e não obstante os esforços do Governador Montoro, têm revelado pouco realismo ou pouca efetividade política, na medida em que demoraram em lançar um candidato único. Não há dúvida, porém que para a Nação consubstanciada nesta união nacional democrática o continuísmo, representado pelas manobras continuistas do presidente Figueiredo baseadas na criação de impasses ou pelas candidaturas autoritárias de Andreazza e Maluf, é insuportável.

Nestes termos as probabilidades de vitória de um candidato único das oposições são hoje maiores do que nunca. Sua base será, de um lado, a união nacional de transição para a democracia, e de outro, o esfacelamento do regime autoritário que nada mais representa neste país.(01/07)